

ANÁLISE HISTÓRICA DA BANDEIRA DO BRASIL

Cap Inf FILADELFO REIS DAMASCENO

SUMÁRIO

- I — Uma concepção lírica
- II — A verdade histórica
- III — A formação através das Bandeiras Históricas
- IV — Análise da Bandeira Nacional
- V — Conclusões

I — UMA CONCEPÇÃO LÍRICA

Existe uma opulenta Bibliografia a respeito da Bandeira Nacional em que se procura vislumbrar com exatidão a sua origem, história, tradição e simbolismo. Muito foi escrito sobre o significado das cores e símbolos e esse afã de esclarecimento tem apaixonado intelectuais, levando-as a polêmicas em torno do nosso lábaro estrelado.

Julgando que, no momento, não mais se justificam controvérsias acerca do nosso pavilhão, sintetizamos no presente estudo o que há de histórico e irrefutável, como uma modesta contribuição ao conhecimento do magno tema que diz respeito a todos os brasileiros.

Há, arraigado no espírito de nossa gente, um simbolismo lírico para explicar o significado das cores de nossa Bandeira. Pouca gente procura conhecer o seu sentido e a maioria se contenta com a descrição poética aprendida na escola elementar, romântica e fascinante, sem dúvida, mas muito distanciada da realidade histórica.

O Verde representa, desse modo, o luxuriante reino vegetal, a natureza viva, as nossas imensas florestas equatoriais, "a perpétua mocidade de nossa terra e a meiguice das ondas mansas que se espreguiçam sobre as nossas praias". O Amarelo simboliza a natureza morta, o reino mineral, o ouro, "o sol que nos alimenta e excita, pai de nossas searas e de nossos sonhos, nume de fartura e de amor, fonte inesgotável de alento e de beleza" ou então traduz a "fase da mineração de ouro, nos tempos coloniais, que tanto incrementou o povoamento da Nação e assim determinou a sua prosperidade". O Azul é "o céu que nos abençoa, inundando de soalheiras ofuscantes, de luares mágicos e de enxames de estrélas". O Branco significa para uns os nossos anelos de paz e de concórdia e, para outros, o rio Amazonas. O lema "Ordem e Progresso", em verde sobre a faixa

obliqua de prata, lembra a língua portuguêsa, instrumento de que nos servimos para traduzir os nossos anseios e aspirações, além de recordar a nossa filiação histórica à terra de Camões...

II — A VERDADE HISTÓRICA

A par dessa interpretação poética, há a explicação da origem das cores, da disposição geométrica e de como se formou o pendão republicano. É exatamente o significado verdadeiro o mais desprezado e, porque não dizer, ignorado pela maioria das pessoas cultas e instruídas. Não há, como deveria existir, aulas de História do Brasil destinadas ao conhecimento dos símbolos pátrios e a juventude ingressa nas Universidades sem a menor noção do histórico do Hino e da Bandeira. Pretendemos, com o presente trabalho, sintetizar a história do nosso estandarte, de modo que qualquer leigo, que venha a se interessar pelo mesmo, possa compreender as suas origens e a real significação do seu simbolismo. Para atingirmos o nosso objetivo utilizamos a pesquisa histórica e lançamos mão, vez por outra, da Heráldica, para sanar dúvidas ou fundamentar as nossas conclusões.

Desejamos reunir tão-somente o que há de comprovado e insuspeito em torno da nossa Bandeira, abandonamos as suposições, evitamos as polêmicas estéreis e procuramos, através da formação do estandarte republicano, pela análise das Bandeiras Históricas, explicar o seu aspecto atual.

III — A FORMAÇÃO ATRAVÉS DAS BANDEIRAS HISTÓRICAS

A bandeira republicana é a síntese de vários estandartes representativos do Brasil em épocas pretéritas. A tradição e as leis heráldicas fizeram com que fôssem mantidas até hoje alguns dos símbolos do passado que falam das nossas origens lusitanas e dos nossos avós.

Estudaremos, a seguir, os pavilhões relacionados com a evolução de nossa Pátria e incorporados à nossa Bandeira. Trataremos sómente dos que presidiram o nosso progresso e bem assim contribuíram, através de seus matizes, do seu formato ou de sua herança espiritual, para a criação do pendão auriverde da esperança.

1 — Bandeira da Ordem Militar de Cristo

Cronologicamente, é o primeiro pavilhão relacionado com a nossa terra. "A cavalaria de Cristo" foi instituída em 1319 por El Rey D. Dinis ("O Rei-Lavrador" ou "Rei-Poeta") para substituir, em Portugal, a "Ordem dos Templários" que fôra extinta pelo Papa Clemente V, instigado por Felipe IV, o "Belo", Rei de França, desejoso de se apossar dos seus opulentos bens.

Rica e poderosa, a "Ordem de Cristo" patrocinou as grandes navegações portuguêses e incluiu os argonautas lusos entre os seus membros. O Infante D. Henrique, o "Navegador", foi seu Grão Mestre em Tomar e os valorosos capitães de Sagres foram seus Cavaleiros.

Porque se propunham a dilatar o Império e a propagar a Fé teológica entre os infiéis, as expedições lusitanas dela receebram todo o apoio material. "As lusas naus gloriosas", com a cruz da Ordem de Cristo pintada de forma particular, em vermelho vivo, nas brancas velas adejando ao vento, singravam os "mares nunca dantes navegados", como mensageiros, antes de tudo, daquela ordem monástico-religiosa.

Esse estandarte estêve exposto em Belém durante a missa pontifical rezada na véspera da partida da frota cabralina. Depois do sermão, o Bispo de Ceuta benzeu-o e D. Manoel I entregou-o a Cabral. Findo o ofício religioso, todos, inclusive o Rei, acompanharam a Bandeira arvorada, em solene procissão, até a praia onde ancoravam as treze naus.

Na sua famosa epístola ao "Venturoso", Caminha relata a presença dessa Bandeira, na Primeira Missa, celebrada por Frei Henrique Soares, na Coroa Vermelha: "Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual estêve sempre levantada da parte do Evangelho". Adiante, afirma: "Acabada a pregação, voltou o Capitão, com todos nós, para os batéis, com nossa bandeira alta".

Também estêve presente à Segunda Missa e à tomada de posse da terra, segundo o escrivão da armada: "E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra, com nossa bandeira". "Chantada a Cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela".

A "Ordem Militar de Nossa Senhor Jesus Cristo" teve notável influência na nossa formação histórica. Os marcos que assinalavam a posse da terra, como o que foi chantado, em 1501, no cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, traziam de um lado o escudo português e, do outro, a Cruz de Cristo, para significar que "as terras conquistadas pertenciam ao Rei para a difusão da Fé".

Foi essa Bandeira adotada no Brasil até meados do século XVII, tendo presidido, portanto, as expedições exploradoras e colonizadoras, as capitâncias, o governo-geral, as lutas contra os franceses e os holandeses. Dois acontecimentos de que ela participou, fazem-na merecedora da nossa estima: o nosso descobrimento e as primeiras entradas e bandeiras, pois os nossos sertanistas a conduziam.

2 — Bandeiras de D. Manoel I

A Bandeira Real de 1495, tendo, em campo branco, o escudo real sem coroa, sobreposto à cruz da Ordem de Cristo, acompanhou, por

certo, a frota descobridora. Além dessa, a "Bandeira Pessoal de D. Manoel I", esquartelada em aspa, de vermelho e branco, com uma esfera armilar de ouro no centro, marcou com sua presença todos os empreendimentos de vulto havidos até 1521. Ambas tremularam ao lado da "Bandeira da Ordem de Cristo", como era costume na época.

A esfera armilar foi conferida a D. Manoel I por seu primo, D. João II, o "Príncipe Perfeito", "como divisa sublime do império do mundo" e, também, "um providencial augúrio dos grandiosos feitos marítimos ocorridos no seu reinado".

3 — Bandeira de D. João III

No pavilhão de D. João III, de 1521, a cruz da Ordem de Cristo que havia sobre o escudo foi substituída pela coroa real em amarelo ouro. Foi o balsão de "Colonizador" que assistiu os passos iniciais da nossa evolução: A expedição de MARTIM AFONSO DE SOUZA, o sistema de Capitanias Hereditárias, o Governo-Geral, a luta contra os franceses na Gaunabara e a divisão do Brasil em dois governos, em 1572.

Em 1616, sob o domínio espanhol dos Habsburgos, foi substituído por outro, ladeado por grandes ramos verdes, criado pelo rei da Espanha para a terra lusa, o qual vigorou até 1640, quando findou o "cativeiro de Portugal".

De 1630 até 1654 hasteou-se nas capitâncias dominadas a flâmula das "Províncias Unidas de Holanda", composta de três faixas horizontais; vermelha a superior, branca a do meio e azul a inferior, tendo ao centro o monograma da "Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais".

4 — Bandeira de D. João IV

Finda a "União Ibérica" e restaurada a independência lusa em 1640, D. João IV, o fundador da Casa de Bragança, instituiu um novo estandarte para o seu reino. Apresentava uma orla azul nas extremidades e alteração na forma da coroa real, agora encimada por uma cruz amarelo-ouro. Tanto a orla azul como a cruz visavam ligar o culto da Pátria ao de N. S. da Conceição que em 1646 passou a ser padroeira do reino português. Este vexilo é também conhecido como "Bandeira da Restauração".

5 — Bandeiras de D. Pedro II

Em 1669, D. Pedro II substituiu o "campo branco com orla azul nas extremidades" por um campo verde e alterou a coroa real sobreposta ao escudo. O retângulo verde, que seria consagrado mais tarde nas bandeiras do Império e da República, surgiu como uma homenagem à "Ordem Militar de Avis", cujos cavaleiros imortalizaram-se nos tempos medievais propagando a fé cristã.

Embora menos utilizada do que a bandeira acima descrita, também foi usada em nossa terra a Bandeira de 1667, pavilhão ordinário, rôto em bandas diagonais, sendo seis azuis, cinco vermelhas e cinco brancas, esquartelando o campo, e, no primeiro quartel, uma cruz de branco.

Foram essas insígnias que assistiram ao apogeu da epopéia bandeirante, quando ocorreram as grandes descobertas de ouro no interior do Brasil.

6 — Bandeira do Principado do Brasil

O Rei D. João IV conferiu ao seu filho Teodósio o título de "Príncipe do Brasil", em 27 de outubro de 1645, após a vitória do Monte das Tabocas, distinção que foi transferida aos demais herdeiros presuntivos da Coroa. O novo Principado recebeu, como emblema heráldico, uma esfera armilar de ouro que passou a ser adotada desde 1647 nas bandeiras de nosso país, nas moedas cunhadas em nossa terra ou para ela bem como nos nossos selos.

PEREIRA LESSA, contudo, afirma, com plausíveis razões, que o pendão, da esfera armilar de ouro, em campo branco, pertencia à "Companhia de Comércio para o Estado do Brasil".

7 — Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves

A elevação do Brasil a Reino, em 1815, determinou a criação de novo lábaro, assim descrito: Num campo branco, um escudo real, formado pelas armas do Brasil (esfera armilar de ouro em campo azul), Portugal e Algarves, timbradas pela coroa real. Essa bandeira vigorou de 13 de maio de 1816 até 18 de setembro de 1822, quando foi instituída a Imperial. Foi o pavilhão da luta contra Artigas, tendo sido hasteada a 20 de janeiro de 1817, em Montevidéu, quando da ocupação daquela praça pelas tropas de LECÓR.

Em 1821, por proposta de 21 de agosto, do Deputado TRIGOSO, foi instituído um pendão azul e branco, representando o Regime Constitucional, por serem essas as cores de escudo de AFONSO HENRIQUES.

8 — Bandeira-Projeto do Reino do Brasil

Entre 1820-1821, quando estêve na iminência de ser deposto pelas Cortes de LISBOA, D. João VI cogitou de criar um Brasil-Reino, independente de PORTUGAL, de que seria soberano. Determinou ao célebre pintor francês João Batista Debret a confecção de uma bandeira para a nova Nação, o que foi executado. O modelo, encontrado há pouco tempo em LISBOA por AUGUSTO LIMA JR., no arquivo particular do monarca, em poder dos descendentes dos marqueses de Aguiar e Lavradio, é assim descrito por GUSTAVO BARROSO: "Em campo verde um losango amarelo, em cujo centro um círculo de 19 estrelas sob uma coroa real, sendo maior a estrela logo abaixo desta, rodeia a esfera armilar com a cruz da Ordem de Cristo, sustida

por dois ramos, um de cana e outro de fumo, unidos na parte inferior por um dragão, tudo de verde". A importância dessa Bandeira reside no fato de ser, em traços gerais, a Imperial, de que preveio a Republicana, e de apresentar dois detalhes singulares: a inclusão de um losango no campo e as estrélas de cinco pontas para representar as Províncias, sendo a maior delas a Corte.

A recente descoberta desse esboço veio mostrar a verdadeira origem das cores auriverde — concepção de DEBRET — e pôr um fim a inúmeras lendas e suposições, mais ou menos galantes e fantasiosas, que procuravam explicar a razão daqueles matizes.

Quando, adiante, citarmos a "Bandeira-Projeto do Reino do Brasil", estamos nos referindo a esse esboço feito por DEBRET para D. João VI, o fundador do Brasil-Nação.

9 — Bandeira do Império do Brasil

Como D. João VI levou consigo para Portugal o projeto desenhado por DEBRET, sómente este ou alguém que dele tomara conhecimento poderia refazê-lo, em 1822, quando da confecção do pendão imperial. As diferenças entre este e a "Bandeira-Projeto do Reino do Brasil" são mínimas, conforme observa GUSTAVO BARROSO: Os elementos heráldicos, que estão em verde no centro do losango amarelo, serão reunidos e conjugados no brasão do Império, o qual, sustido por dois ramos, então de café e fumo, será verde com uma esfera armilar de prata de cinco pontas. A coroa imperial fechada e alta domina esse escudo. As estrélas representativas das Províncias tornam-se todas perfeitamente iguais".

Projetada por DEBRET, a pedido de D. Pedro I, sofreu pequenas modificações feitas por outro artista francês da "Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro", FÉLIX EMÍLIO TAUNAY. O próprio soberano ordenou fosse a cor do escudo mudada para verde porque o vermelho era a cor do brasão português. JOSÉ BONIFACIO, o Patriarca, também participou dos estudos da criação desse pavilhão e referendou o decreto que criou os nossos símbolos.

No dia 10 de novembro de 1822, festa da Apresentação de Nossa Senhora, realizou-se a cerimônia de benzimento das Bandeiras Nacionais, sendo entregue a primeira ao Alferes do 1º Batalhão de Granadeiros (Batalhão do Imperador), LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, futuro DUQUE DE CAXIAS e Patrono do EXÉRCITO BRASILEIRO.

10 — Bandeira Provisória da República

No período de 15 a 19 de novembro de 1889, foi adotada pelo Governo Republicano, como bandeira provisória, a do "Clube Republicano Lopes Trovão", que foi hasteada na Câmara Municipal pelo cidadão Francisco Gonçalves e ali mantida até o dia 25 do mesmo mês,

quando foi substituída pelo símbolo oficial da República. Este estandarte tinha treze listras horizontais, alternadamente verdes e amarelas, tendo no canto superior, junto à tralha, um quadrado de preto, com vinte estrelas brancas, em quatro grupos de cinco estrelas cada um, como uma quina. Bandeira semelhante a descrita, foi hasteada no jornal "A Cidade do Rio" por José do Patrocínio. Uma variação desse pendão foi o arvorado no vapor "Alagoas" que conduziu a família imperial ao exílio. O quadrado preto do tópô foi substituído por um retângulo azul.

As atuais bandeiras de Goiás, Piauí e Sergipe, ao que tudo indica, foram inspiradas nessa "Bandeira Provisória da República".

11 — Bandeira Republicana

Além das banderias acima citadas, foram feitas outras com "listras brancas e azuis, tópô vermelho, ou então vermelha com estrelas brancas. Havia ainda o projeto de Júlio Ribeiro, o notável gramático, que era uma "bandeira em 13 listras horizontais, alternativamente brancas e pretas, canteada de vermelho: no canto vermelho, sobre um bloco de prata, o Brasil em azul, entre quatro estrelas de ouro". É a atual insignia do Estado de São Paulo, onde foi exposta logo após a proclamação da República. Todas essas, no entanto, como a Provisória, nada mais eram do que adaptações da "Stars and Stripes" dos Estados Unidos, sem manterem qualquer laço com os pavilhões da Colônia e do Império.

Os projetos do Barão do Rio Branco, do Barão do Rio da Prata e de Silva Jardim, ao contrário, mantinham certos símbolos representativos da nossa filiação histórica. Alguns clubes republicanos, aliás, queriam que apenas fosse substituída a coroa pelo barrete frígido ou por uma estrela de prata para simbolizar a República. Todos os projetos citados pecavam por virem desacompanhados de qualquer descrição dos seus símbolos.

Ao examinar os diversos projetos apresentados, ressaltou logo à vista o oriundo do "Apostolado Positivista do Brasil", pela originalidade, preservação das cores e forma do lábaro imperial, além de vir acompanhado de uma descrição feita por Teixeira Mendes, a pedido de Rui Barbosa. Benjamim Constant achou o projeto excelente no que foi apoiado por Floriano. O Marechal Deodoro preferiu-o dizendo: "Este é o melhor dos projetos apresentados". Rui opinou com grande entusiasmo: "Para mim, esta é a Bandeira mais bela do mundo". O projeto de Teixeira Mendes foi consagrado pela opinião unânime dos julgadores.

A Bandeira Republicana, instituída pelo Decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889, conservou a forma inspiradora na Revolução Francesa e as cores imperiais. O "Proclamador da República" queria que fosse retirada da Bandeira apenas a coroa, em respeito às nossas origens e tradições, mas os republicanos exaltados, em maioria, triunfaram. Também foi suprimido o escudo verde sendo substituído

por um globo azul celeste pontuado por 21 estrelas e atravessado por uma faixa branca com a legenda "Ordem e Progresso". Esse pavilhão foi hasteado, oficialmente, pela primeira vez, ao meio-dia de 25 de novembro de 1889, na Câmara Municipal, em solenidade a que compareceram o Marechal Deodoro e altas autoridades do novo regime. Esta a razão pela qual é hasteada às 12 horas, no dia destinado ao seu culto. O dia 19 de novembro, por haver sido o dia da instituição de nosso estandarte é considerado o "Dia da Bandeira" e dedicado ao seu louvor.

12 — Bandeiras Nativistas

Embora desligadas do simbolismo da Bandeira Nacional, existiram outras bandeiras históricas, relacionadas com os movimentos nativistas, como a da Inconfidência Mineira (a de Minas Gerais, com o triângulo mudado para vermelho), a da Revolução de 1817, (hoje, de Pernambuco) e a dos Farroupilhas (a atual do Rio Grande do Sul, que foi acrescida do escudo). Foram bandeiras revolucionárias, transitórias, de vida efêmera, que não chegaram a se constituir em símbolos do Brasil. Foram insígnias precursoras da Independência e da República que merecem o nosso carinho e admiração.

Apresentamos, assim, tôdas as bandeiras relacionadas com o nosso desenvolvimento e com o atual pendão republicano, embora façamos restrições à importância de algumas delas. Julgamos que as flâmulas do Domínio Espanhol de 1616 e do Domínio Holandês recordam períodos de opressão, sob o jugo de povos estranhos a nossa colonização. Também a Bandeira de D. Pedro II, de 1667, a "Bandeira para a Índia e a América" (branca, tendo no centro a esfera armilar, à direita desta um jesuíta empunhando uma cruz e à esquerda o escudo português), a Bandeira Real do Século XVII (branca, com o escudo circundado por uma corrente, na qual está dependurada a cruz da Ordem de Cristo), o Pavilhão Mercante, cortado em 11 faixas horizontais, seis verdes e cinco brancas e o "Pavilhão Para Converter a América" (branca, no meio uma esfera de ouro com zodíaco vermelho), foram insígnias expedicionárias e temporárias que não influíram na formação do nosso estandarte republicano.

IV — ANÁLISE DA BANDEIRA NACIONAL

1 — As Côres:

a — O Verde:

Os primeiros Lusitanos tinham um dragão verde desenhado no campo branco de sua bandeira. O verde era a cor da "Ordem Militar

de São Bento de Avis", cujos cavaleiros realizaram prodígios de bravura nas batalhas de Atoleiros e de Valverde, na Idade Média. Em 4 de agosto de 1385, o Condestável de Portugal, D. Nuno Álvares Pereira, empunhando um estandarte verde com a imagem de Nossa Senhora da Conceição, notabilizou-se na batalha de Aljubarrota comandando a célebre "Ala dos Namorados". Nas lutas pela Restauração, e sob o mando de D. João IV, o verde era a cõr das bandeiras de guerra de Portugal. Seu sucessor, D. Pedro II, modificou a Bandeira lusa em 1669, colocando um campo verde (igual ao retângulo de nossa atual insígnia) com as armas reais no centro. D. João I mudou para verde a cõr da cruz da Ordem de Cristo no brasão luso. Verde era o pendão de Fernão Dias Pais e de outros bandeirantes que dilataram as nossas fronteiras. Verde foi a cõr escolhida por D. Pedro I para o escudo imperial, a fim de diferencê-lo do português. Vemos, dêsse modo, que o verde sempre foi uma das cõres preferidas na Heráldica lusitana, tradicional mesmo, razão pela qual foi escolhida por Debret para compor o campo da nossa Bandeira.

b — O Amarelo:

Desde D. Manoel I, surge como cõr da esfera armilar que lhe foi concedida por seu primo D. João II, o maior soberano de Portugal, como símbolo de autoridade, domínio, poder e soberania. Com D. João III, era a cõr da coroa real, e D. João IV coloriu com ela a cruz sobreposta à coroa. D. Pedro II matizou de amarelo a sua coroa real, no campo verde.

Sendo a cõr da Casa de Lorena, foi escolhido por Debret, quando da confecção da "Bandeira-Projeto do Reino do Brasil", para figurar a aliança luso-austríaca, mantida através de Da. Mariana, espôsa de D. José I e de quem descendia D. João VI, como também por intermédio da Arquiduquesa Da. Maria Leopoldina, espôsa do príncipe herdeiro, D. Pedro, na época da execução do modelo. Foi também o amarelo a cõr da esfera armilar do Principado do Brasil e de nossas armas na Bandeira do Reino Unido e na do Império.

c — O Azul:

Segundo a "Ciência dos Brasões", o azul de nossa Bandeira tem origem muito remota, pois era uma das cõres fundamentais de Borgonha. Era a cõr da cruz existente na bandeira de Henrique de Borgonha e do Condado Portucalense — origem do reino lusitano. O filho dêste, D. Afonso Henriques, o fundador da monarquia lusa, empunhou um pendão azul na batalha de Ourique e, depois, escolheu essa cõr para colorir os cinco escudos em forma de cruz da primeira bandeira portuguêsa. Permaneceu, sob idêntica forma, no escudo português, até os dias presentes, tendo assim figurado nos pavilhões de D. Manoel I, de D. João III, de D. João IV, de D. Pedro II e do

Reino Unido. "Na Bandeira das Quinas", era a côr dos besantes ou do campo, na variação dêsse estandarte, muito usada na época. Em 1645, era a côr da esfera celeste, pequena, que encimava a esfera armilar de ouro. Na sua "Bandeira da Restauração", D. João IV mandou colocar uma orla azul nas extremidades do campo para homenagear N. S. da Conceição, padroeira do reino lusíada. Em 1816, quando da criação das armas do Reino Unido, foi dada ao Brasil, por armas, a esfera armilar de ouro, em fundo "azul". Na "Bandeira-Projeto do Reino do Brasil" e no pendão Imperial, foi o azul mantido, no círculo, com as 19 estrélas. Na Bandeira Republicana, o globo celeste é a transformação da esfera celeste de 1645, da esfera armilar de 1816, em fundo azul, e do círculo onde foram postas as estrélas, na do Império.

d — O Branco:

O branco remonta às bandeiras dos primeiros Lusitanos, de Henrique de Borgonha e do Condado Portucalense, onde formava o campo. No primeiro pálio do Reino de Portugal, de D. Afonso Henriques, era o matiz do campo e dos cinco besantes inscritos nos cinco escudetes. Permaneceu, dessa maneira, no brasão luso, até a atualidade, perpassando pelas insignias de D. Manoel I, D. João III, D. João IV, D. Pedro II e na do Reino Unido. Foi também o branco a côr preferida para o campo de inúmeros pavilhões, como os seguintes: o dos primeiros Lusitanos, o de Henrique de Borgonha, do Condado Portucalense, de Afonso Henriques, da Ordem Militar de Cristo, de D. Manoel I, de D. João III, de D. João IV, do Principado do Brasil, sómente citando os pavilhões ligados à nossa evolução.

O Branco e o Azul lembram o Brasil-Colônia, em particular, nossa origem lusitana, a fase da Restauração, nossa fé católica e o Regime Constitucional. O auriverde indica a continuidade histórica pois é um traço de união entre a Monarquia e a República.

2 — Forma Geométrica:

A forma geométrica da bandeira republicana, um losango inscrito num campo, é concepção rara e contrasta com as demais insignias nacionais existentes, "tôdas elas divididas em cruz ou esquarteladas, cortaças em faixas ou agironadas". Tal representação foi inspirada nas bandeiras régimentais da época da Revolução Francesa e do Império napoleônico. Então, eram comuns os estandartes tricolores constituídos de um losango branco cercado por quatro triângulos, dois vermelhos e dois azuis, alternados, formando o campo. No padrão da Bandeira Imperial, nota-se que o losango está "inscrito" no campo, o que faz com que se formem quatro triângulos verdes, mas, na República, o losango passou a ser centralizado, deixando os vértices dos quatro ângulos de tocar no retângulo.

O círculo central foi inspirado, sem dúvida, na esfera armilar em fundo azul, e recorda os feitos náuticos de D. Manoel I, o Príncipado do Brasil e o Brasil-Reino. É interessante observar, para a confecção, que o céu é exatamente igual nas duas faces da Bandeira, não havendo, portanto, direito e avesso. A faixa branca baseou-se no Zodíaco, embora não esteja traçada na abóboda sideral mas atravessando a esfera.

O Triângulo Austral simboliza o estandarte dos inconfidentes mineiros e o Cruzeiro do Sul foi colocado em substituição à cruz da Ordem de Cristo. Esta última constelação recorda ainda a insígnia colonial lusitana, o nome "Vera Cruz" dado à nossa terra, a fé gloriosa dos nossos antepassados e o nosso descobrimento, quando ela foi avistada sobre o Monte Pascoal.

O dístico "Ordem e Progresso" fundamentou-se em bandeiras anteriores, francesas, lusas e mesmo brasileiras, como a da Inconfidência, que apresentavam inscrições. As estréias de cinco pontas já figuravam nas bandeiras da Revolução Pernambucana de 1817 e da "Confederação do Equador".

3 — O Céu da Bandeira

A esfera celeste da nossa bandeira fixa, de forma simbólica, um aspecto do céu do Rio de Janeiro, em projeção estereográfica, no instante da proclamação da República, às doze horas siderais (cerca de 08h 30), da manhã de 15 de novembro de 1889, naquela latitude.

Foram escolhidas constelações austrais, com exceção do Pequeno Cão (situada ao norte do Equador e ao sul da Eclíptica), para significar que a União Brasileira tem terras no hemisfério Norte.

Destaque especial foi dado à constelação do Cruzeiro do Sul porque essa "Cruz Maravilhosa", descrita pelo Físico-Mor da armada de Cabral, Mestre João Faras, na sua carta ao Rei Venturoso, narrando a viagem descobridora, recorda os nossos primeiros dias, o nome inicial da terra e a fé cristã sob a qual construímos a nossa civilização.

Para estabelecer relação entre as estréias, foi tomado o momento do dia sideral, em que o Cruzeiro do Sul está em culminação superior, na vertical, de pé, próximo ao meridiano do Rio de Janeiro, local do fato histórico. As estréias que estavam próximas do Zênite figuram no centro do círculo e as que estavam vizinhas do horizonte figuram nos bordos da esfera.

O globo azul é apresentado como se o vissemos do infinito: está invertido, como se fosse visto num globo celeste, de cima, ou através de um espelho. A posição invertida dos astros pode ser comprovada

pela observação da estréla "Intrometida" (Epsilon do Cruzeiro do Sul) que, olhada diretamente no firmamento, aparece sob a estréla Delta da mesma constelação, à direita do observador, mas, na Bandeira, aparece à esquerda de quem a contempla.

A faixa branca é uma idealização do Zodíaco e da Eclíctica. Representada no plano desta, mostra o movimento do Sol, fonte de tôda a vida, como também a direção da órbita da Terra. Serve, ao mesmo tempo, para dar ao círculo a perspectiva esférica e permite a inscrição da legenda "Ordem e Progresso".

"A estréla Espiga, da constelação da Virgem, situada abaixo do Equador e da Eclíctica, foi colocada acima da faixa planetária para figurar tôda a constelação da Virgem, que tem parte no hemisfério Austral e no Boreal e enriquecer o céu acima da faixa, atendendo ao relativismo estético" e quebrando a monotonia do hemisfério Norte. Na realidade, porém, estaria encoberta pela faixa branca, como ocorreria também com Antares e outras estrélas do Escorpião.

O Sigma, de Oitante, (a estréla mais ao sul da bandeira), considerada a nossa estréla Polar, representa com acerto o Distrito Federal (Brasília) pois todos os meridianos convergem para os pólos ou dêles partem e a Capital do país será sempre o pólo político da Nação.

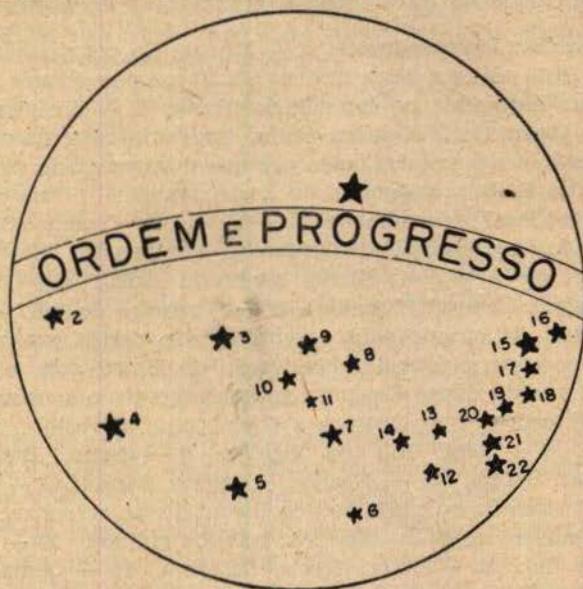
4 — As Estrélas

As estrélas de cinco pontas surgiram pela primeira vez representando as Províncias, na "Bandeira-Projeto do Reino do Brasil" de Debret, sendo a estréla maior o símbolo da Corte. Na Bandeira do Império as Províncias eram figuradas por 19 estrélas iguais e equidistantes.

Em 1828, com a perda da Cisplatina, passariam a ser 18 estrélas mas tal não ocorreu porque a Cidade do Rio de Janeiro (Corte) foi nela incluída, à parte da Província Fluminense, permanecendo, assim 19 estrélas. Em 1852, com a elevação do Amazonas à Província, passaram a existir 20 estrélas e, no ano seguinte, o número sobe a 21 com a autonomia do Paraná.

Em 1960, com a criação do Estado da Guanabara, surgiu nova estréla e, no presente, uma Comissão estuda a inclusão de mais uma estréla correspondente ao Estado do Acre.

Os Decretos existentes sobre a Bandeira apenas dizem que as estrélas representam os Estados e o Distrito Federal mas não as identificam, de per si. Por essa razão, abandonamos a identificação tradicional e adotamos a feliz concepção do General Djalma Polli Coelho, por ser mais coerente com a disposição geográfica dos Estados e com a nossa formação histórica.



ESTRÉLAS :

- 1 — Espiga
- 2 — Procion
- 3 — Uma estréla de 1^a Grandeza
- 4 — Sírio
- 5 — Canopo
- 6 — Sigma

CRUZEIRO DO SUL

- 7 — Alfa
- 8 — Beta
- 9 — Gama
- 10 — Delta
- 11 — Epsilon

TRIÂNGULO AUSTRAL

- 12 — Alfa
- 13 — Beta
- 14 — Gama

ESCORPIÃO

- 15 — Antares
- 16 — Beta
- 17 — Epsilon
- 18 — Lâmbda
- 19 — Capa
- 20 — Mu
- 21 — Teta
- 22 — Iota

ESTADOS :

- 1 — Pará
- 2 — Amazonas
- 3 — Guanabara
- 4 — M. Grosso
- 5 — Goiás
- 6 — D. Federal (Brasília)

CRUZEIRO DO SUL

- 7 — São Paulo
- 8 — Rio de Janeiro
- 9 — Bahia
- 10 — Minas Gerais
- 11 — E. Santo

T. AUSTRAL

- 12 — R. G. Sul
- 13 — Sta. Catarina
- 14 — Paraná

ESCORPIÃO

- 15 — Piauí
- 16 — Maranhão
- 17 — Ceará
- 18 — Rio G. Norte
- 19 — Pernambuco
- 20 — Paraíba
- 21 — Alagoas
- 22 — Sergipe

Para facilidade de memorização, grupamo-las do seguinte modo:

A — Estrélas Independentes 1 — Espiga, da constelação da Virgem, Pará. Está sobre a faixa branca (Zodíaco) por possuir o Estado parte de sua superfície no hemisfério Norte. 2 — Prócion, do Pequeno Cão, Amazonas. Embora tenha território setentrional a sua maior extensão é a noroeste, razão por que é apresentado próximo do Zodíaco e nos limites ocidentais do horizonte. 3 — "Uma estréla de primeira grandeza", Guanabara. 4 — Sírio, do Grande Cão, o gigante do céu, representa em grandeza e situação, Mato Grosso. 5 — Canopo, de Argos ou Navio, simboliza Goiás. 6 — Sigma, do Oitante, Distrito Federal (Brasília). **B — "Cruzeiro do Sul"** — "Ocupa a área central do círculo azul e representa a região centro-oriental, onde se processou a primeira civilização do Brasil com o descobrimento da terra de Santa Cruz, os governos gerais e a catequese dos índios pelos padres, que levaram a Cruz, como símbolo". 7 — Alfa, São Paulo. 8 — Beta, Rio de Janeiro. 9 — Gama, Bahia. 10 — Delta, Minas Gerais. 11 — Epsilon, Espírito Santo. **C — Triângulo Austral** — Inspirado no pavilhão dos Inconfidentes mineiros; as "Três Marias" representam os nossos três estados sulinos. 12 — Alfa, Rio Grande do Sul. 13 — Delta, Santa Catarina. 14 — Gama, Paraná. **D — Escorpião** — As restantes oito estrélas do Escorpião são os oito Estados do nosso Norte oriental. 15 — Antares, Piauí. 16 — Delta, Maranhão. 17 — Epsilon, Ceará. 18 — Lâmbda, Rio Grande do Norte. 19 — Capa, Pernambuco. 20 — Mu, Paraíba. 21 — Teta, Alagoas e 22 — Iota, Sergipe.

As estrélas são de várias grandezas para indicar que a União possui Estados de maior e menor extensão territorial, além de contribuirem para maior harmonia da composição.

5 — O Dístico "Ordem e Progresso"

A inscrição existente no nosso pavilhão não constitui inovação de mau gosto como pretendem alguns. Os pavilhões regimentais franceses continham dizeres como "Disciplina e Obediência à Lei" e a própria bandeira gaulesa adotou as palavras "Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Unidade", alteradas pela Revolução de 1848 para "Liberdade, Ordem Pública". Em Portugal, D. João II acrescentou ao seu estandarte a frase "Pola Ley y Pola Ordem" enquanto D. João I preferiu o "slogan" "Il me plaist pour bien". Entre nós, a Inconfidência consagrou o verso de Virgílio (*Ecloga, I, v. 27*) "Libertas quae sera tamen" (A Liberdade, ainda que tardia).

A legenda "Ordem e Progresso", em letras verdes, inspirada sem dúvida na tese de Augusto Comte, "o Amor por princípio e a Ordem por base o Progresso por fim", revela a grande influência positivista na implantação da República. O distico, atualmente, não é sectário, porque sendo um postulado de ciência social, é universal, e não

privativo de positivistas. É uma síntese da Sociologia, objetiva, visual e fônica, que serve para o congraçamento dos brasileiros e estimula-os a trabalharem pelo bem geral.

O que o lema da bandeira está a indicar é que a Ordem, aferrada à Estática, e o Progresso, inspirado na Dinâmica, longe de serem antagônicos, podem e devem harmonizar-se, porquanto, nas palavras do Apóstolo da Humanidade, "o Progresso é o desenvolvimento da Ordem assim como esta é a consolidação daquele". "O que significa que não se podem romper bruscamente os laços com o passado e que toda reforma política, para frutificar, há de tirar os seus elementos do próprio estado de coisas a ser modificado".

A Dinâmica social de Comte veio completar e desenvolver a Estática social de Aristóteles, mostrando a conciliação da Ordem, base da sociedade, com o Progresso, o seu aperfeiçoamento.

O distico está escrito na zona dos planétas para indicar que essa conciliação ocorre não só no campo social e que os fenômenos astronômicos estão também sujeitos à "ordem cósmica".

A sentença existia antes da República. Feijó, o enérgico Ministro da Justiça da Regência, já dizia: "Sem Ordem não há progresso". Por volta de 1840 circulou no norte do país um periódico de nome "Ordem e Progresso" e em 11 de agosto de 1872, o Conselheiro João Alfredo, o autor da Lei Aurea, já a enunciava como norma de governo.

"Do acerto da legenda e da sua repercussão internacional diz bem expressiva mensagem de saudação enviada pelo saudoso rei Jorge V da Inglaterra quando, em 1922, dizia que a Grã-Bretanha e as demais nações civilizadas não poderiam almejar melhor lema para orientar-se do que o de nossa bandeira".

O General Agustín Justo, presidente platino, ao nos visitar, certa vez, declarou: "Fácil nos é convidar todos os povos — e especialmente os da América do Sul — a unirem seus esforços para a obra que queremos realizar e está admiravelmente definida no lema "Ordem e Progresso" de vossa insígnia e nas mãos unidas do escudo de minha Pátria".

Éste é o modo como deve ser encarado o lema do nosso pavilhão; antes de tudo, uma mensagem de fraternidade e evolução. "Conservar, melhorando".

6 — Os Autores da Bandeira

O criador da Bandeira Imperial foi o famoso pintor francês João Batista Debret, a quem já nos referimos. O modelo de nosso pavilhão independente foi calcado na "Bandeira-Projeto do Reino do Brasil", que ele mesmo fizera para D. João VI, acrescido de sugestões de Emílio Taunay, José Bonifácio e do próprio Imperador que mandou fosse trocada a cor do escudo de vermelho para verde.

A Bandeira Republicana foi idealizada por Miguel Lemos e projetada e descrita por Raimundo Teixeira Mendes, "um homem respeitável por suas virtudes e méritos", de quem Afrânio Peixoto disse ser um dos raros que podem ser o orgulho da espécie e Edmundo Lins afirmou: "a sua прédica de todos os dias e de tôdas as horas era a sua vida puríssima, tôda de fé, tôda de abnegação, tôda de humanidade, tôda de amor". Foi êste santo e sábio quem alterou o nosso pendão sem cometer sacrilégio.

Benjamim Constant opinou no sentido de dar maior realce ao Cruzeiro do Sul e o professor Manoel Pereira Reis, Catedrático de Astronomia da Escola Politécnica, deu aos asterismos a situação em que se achavam no momento histórico. O consagrado pintor patrício Décio Vilares executou o desenho colorido do projeto que se transformaria no pátio da República.

As duas primeiras bandeiras do novo regime foram bordadas por Da. Flora Simas de Carvalho, a primeira, em pano de algodão, e a segunda, em sêda, tendo sido a última hasteada a 25 de novembro de 1889, com grandes solenidades, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

7 — Os Mártires da Bandeira

Quando presta o seu compromisso à Bandeira, o jovem que se torna soldado da Pátria, jura defendê-la, até mesmo com a imolação da própria vida, se preciso fôr. É um pacto de honra jamais desrespeitado pelos nossos combatentes que têm arcado muitas vêzes com o sacrifício supremo para manter incólume a nossa soberania, simbolizada pelo auriverde pendão. Quantos heróis sucumbiram em defesa das nossas Bandeiras? Quantos ofereceram a vida para livrar o nosso estandarte de um ultraje? Ninguém pode afirmar com exatidão.

Recordemos, contudo, alguns desses abnegados, cujos nomes a História guardou e estaremos também cultuando aquêles que ocultaram o seu gesto sublime no anonimato ou no olvido dos cronistas coevos.

Citemos a página imortal de Riachuelo cujo centenário estamos a comemorar neste ano de 1965: Em determinado momento do combate, a corveta brasileira "Parnaíba" volta, num lance de audácia, águas acima, para socorrer o "Jequitinhonha" que encalhara e estava sob cerrado fogo inimigo. O tiroteio é tremendo e a sorte parece contrária ao valoroso barco que bate com o leme num banco de areia e fica desgovernado, debaixo de terrível metralhado dos guaranis.

Nesse instante, os navios paraguaios "Salto", "Paraguari", "Marquês de Olinda" e "Taquari" vendo a corveta desorientada, lançam-se sobre ela, cercam-na, e fazem uma abordagem terrível. O "Paraguari" é bravamente repelido mas os outros atacam-na com fúria e conseguem subir ao seu convés, em número quatro vezes maior.

O combate é aterrador e os lances de bravura multiplicam-se a cada instante. Andrade Maia e Pedro Afonso, dois oficiais do Exército que viajavam a bordo, defendem, com bravura sem par, a arma branca, a Bandeira do 9º Batalhão. Maia, com a mão direita decepada, segura a espada com a mão esquerda e esgrima com maestria até que os dois bravos, ante a superioridade numérica do inimigo, caem sob os golpes de machadinha.

Um paraguaio volta-se para o marinheiro de 1ª Classe, Marcílio Dias, chefe do rodízio raiado de ré, e intima, com desdém: — “Rende-te, cambai”. O marujo brasileiro responde: — “Qual rende nem pera rende”.

Quatro adversários aproximam-se, dispostos a arriar a nossa Bandeira, mas têm pela frente um dos heróis de Paissandu, o Imperial Marinheiro, Marcílio Dias.

Graças à habilidade com que maneja o sabre, consegue abater dois guaranis mas é atingido com golpe profundo no braço direito. Toma o sabre com a mão esquerda, abate outro contendor, mas escorrega no sangue do convés, cai, é golpeado profundamente na cabeça.

Dominado o navio, um oficial paraguaio resolve escarnecer dos vencidos e ordena ao guarda marinha João Guilherme Greenhalg apontando para a nossa Bandeira: — “Desça êsse trapo.” O jovem oficial não permite que se consume a afronta e sacando do seu revólver, descarrega-o no maculador de nosso lábaro. O seu gesto sublime custou-nos uma vida preciosa, pois os guaranis castigam-no cruelmente, sacrificam-no a golpes de sabres, degolam-no. Pagaram caro pela sua bravura, êsses brasileiros, mas fizeram respeitar o nosso pavilhão em Riachuelo.

Lembremos também o soldado Martinho José Ramos, na Segunda Batalha de Tuiuti, travando um corpo a corpo com um oficial inimigo que se apossara de nossa Bandeira. Arrebatou-a ao paraguaio, mas, ao tentar entregá-la aos seus companheiros, foi atingido pelas descargas guaranis e rolou moribundo para a vala. O estandarte ensanguentado acolheu-o nas suas dobras e recolheu com carinho o seu último suspiro.

Em Curupaiti, na ânsia de conservar arvorado o nosso pendão, sucumbiram, um após outro, os alferes Lopes Ferreira e Garcia, seguidos do sargento Perdal.

Em Tuiuti, quando tentava erguê-la no centro da batalha, é morto o alferes Celso de Assis, mas seus companheiros conservam-na alta-neira. Que dizer do cearense João Sorongo abatido pelos paraguaios e encontrado morto com os pedaços da Bandeira entre os dentes cerrados?

“Ditosa Pátria que tais filhos teve!”

Quantos outros não consentiram fôsse aviltado o nosso estandarte? Quantos bravos pereceram nos campos gelados da Itália, regando com o seu sangue a árvore da Liberdade? Difícil enumerar, pois todos os soldados são defensores acérrimos de sua Bandeira. Para os mártires do nosso pavilhão, além da nossa admiração e respeito, consagremos os versos do poeta, como um saudoso epitáfio:

"Quem cai na luta com glória
Tomba nos braços da História
No coração do Brasil".

V — CONCLUSÕES

Do que acima foi exposto, podemos concluir que a História explica como se formou a nossa Bandeira e qual o significado do seu simbolismo. É uma versão diversa da que estamos acostumados a ouvir, talvez menos sentimental e atraente, mas, sem dúvida, autêntica e muito lógica.

Assim como a vida moderna, no seu ritmo febril, fundiu o romântico e o real em alternâncias felizes, podemos conciliar as duas interpretações existentes em torno do nosso estandarte.

Conheçamos as suas origens e transformações sofridas para compreendermos o seu aspecto atual e, ao mesmo tempo, intensifiquemos o seu culto, entoemos o seu hino, recitemos as suas poesias, para melhor amá-lo e respeitá-lo.

São estágios que podem ser atingidos sucessivamente, um completando o outro, na escola elementar e nas classes mais adiantadas. Primeiro, o lirismo, a fragrância, o perfume, o despertar dos sentidos para a beleza da flor, para a forma e o seu cromatismo. Em uma segunda fase, o conhecimento de sua natureza, a análise das partes, para a formação de um juízo perfeito. O que deve prevalecer em todas as etapas é o sentimento de veneração e carinho para com a imagem da Pátria e um orgulho contagiate por termos um pavilhão de beleza ímpar entre as demais nações.

Já não existe campo para críticas e polêmicas a respeito da bandeira "verde auricérula" do Brasil. A época que vivemos impõe união e respeito ao Passado para podermos construir o Porvir.

O "lábaro estrelado" é uma representação simbólica de nossa terra e, como tal, não carece de precisão milimétrica na disposição de seus símbolos. Apesar disto, não contém o nosso estandarte erros e imprecisões, pois foi projetado de maneira feliz, em que se conservou um relativismo estético e científico.

Para manter essa coerência é que fazemos séria restrição à maneira um tanto arbitrária como foi acrescentada a mais recente estréla, correspondente à Guanabara. O Decreto n. 48.124, de 16 de abril de 1960, promulgado cinco dias antes da inauguração de Brasília, manda incorporar ao nosso pátio "uma estréla de primeira grandeza",

de modo vago, sem nomeá-la nem indicar a sua localização. Esse açoitamento, de 16 de abril de 1960, característico da época, ocasionou um disparate, pois na zona onde foi colocada a "estréla de primeira grandeza", ligeiramente acima e à esquerda do Cruzeiro do Sul, não existe estréla de primeira grandeza.

Fazendo côro ao que já foi sugerido por outros estudiosos da Bandeira, achamos que tal êrro deve ser corrigido sem tardança, o que poderia ser feito pela Comissão encarregada de locar a estréla correspondente ao Estado do Acre.

O auriverde pendão da esperança é o símbolo sagrado do Brasil. É a síntese da nossa História, das nossas lutas, dos empecilhos ao nosso progresso, das nossas vitórias, nossos anseios e aspirações. É a própria imagem da Pátria, o culto aos antepassados, a antevisão do futuro de nossos filhos, o elo que tem irmanado gerações no ideal de liberdade.

Pavilhão sacrossanto, digno dos nossos mais puros sentimentos, curvemo-nos reverentes e cheios de fé à sua passagem. Os militares perfilados na continência de estilo e os civis descobertos, mão direita sobre o peito, numa manifestação pública de amor e carinho para com a nossa Bandeira.

Fazemos votos, ao concluir êste trabalho, que as casernas e escolas retornem ao culto do nosso pavilhão, entoando o "Hino da Bandeira", pelo menos, uma vez por semana. Essa prática sadia despertará nos espíritos em formação a chama do patriotismo e fá-los-á amantes de sua terra e de sua gente, sem inveja de pátrias alheias.

Sómente pelo culto cívico é que atingiremos o estado de espírito de Castro Alves, que, num arroubo de eloquência, dedicou à Bandeira de nossa terra os mais perfeitos versos escritos até hoje na língua portuguêsa:

*"Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra
As promessas divinas da esperança ..."*

BIBLIOGRAFIA

- Brasões e Bandeiras do Brasil — Clóvis Ribeiro;
- A Descoberta do Brasil — Faustino Fonseca;
- Carta a El Rey D. Manoel — Pero Vaz de Caminha;
- Nos Bastidores da História do Brasil — Gustavo Barroso;
- Bandeira do Brasil — Janari Nunes;
- Bandeira, Evolução e Síntese — Antônio Medeiros de Azevedo.